

# **Contabilidade Pública**



# **Demonstrações Contábeis aplicas ao Setor Público - DCASP.**



## Demonstrações Contábeis

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) tem como objetivo fornecer aos seus usuários informações sobre os resultados alcançados e outros dados de natureza orçamentária, econômica, patrimonial e financeira das entidades do setor público, em apoio ao processo de tomada de decisão, à adequada prestação de contas, à transparência da gestão fiscal e à instrumentalização do controle social.



As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são compostas pelas demonstrações enumeradas pela Lei nº 4.320/19641, pelas demonstrações exigidas pela NBC T 16. 6 – Demonstrações Contábeis e pelas demonstrações exigidas pela Lei Complementar nº 101/2000, as quais são:

- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).
- Demonstração do Resultado Econômico (\*).

As quatro primeiras são velhas conhecidas, pois já estavam previstas na lei 4.320/64.

(\*) Na 5ª edição do MCASP, a Demonstração do Resultado Econômico (DRE) tornou-se uma demonstração facultativa.

## Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. É estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

Em outras palavras, demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. O Balanço Orçamentário é composto por:

- a. Quadro Principal;
- b. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
- c. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.



# Balanço Orçamentário

Sua estrutura é composta por 4 colunas para a receita (organizadas por categoria econômica, origem e espécie). E por 6 colunas para a despesa (organizada por categoria econômica e grupo de natureza da despesa).

Receita	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo		
Despesa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Saldo



## Informações extraídas do Balanço Orçamentário

1. Receita Prevista > Receita Realizada: Insuficiência na Arrecadação.
2. Receita Prevista < Receita Realizada: Excesso na Arrecadação.
3. Receita Prevista = Receita Realizada: Equilíbrio na arrecadação.
4. Despesa Prevista > Despesa Realizada: Economia na Realização da Despesa.
5. Despesa Prevista < Despesa Realizada: Excesso na Realização da Despesa.
6. Despesa Prevista = Despesa Realizada: Equilíbrio na Realização da Despesa.
7. Receita Prevista > Despesa Prevista: Superávit da Previsão.
8. Receita Prevista < Despesa Prevista: Déficit da Previsão.
9. Receita Prevista = Despesa Prevista: Equilíbrio da Previsão.
10. Receita Corrente Realizada > Despesa Corrente Realizada: Superávit Corrente.
11. Receita Corrente Realizada < Despesa Corrente Realizada: Déficit Corrente.
12. Receita de Capital Realizada > Despesa de Capital Realizada: Superávit Capital.
13. Receita de Capital Realizada < Despesa de Capital Realizada: Déficit Capital.
14. Receita Realizada > Despesa Realizada: Superávit da Execução Orçamentária.
15. Receita Realizada < Despesa Realizada: Déficit da Execução Orçamentária.
16. Receita Realizada = Despesa Realizada: Equilíbrio da Execução Orçamentária.



## Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- a. a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- b. os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- c. as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e
- d. o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.







**O resultado financeiro do exercício não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial.**



## Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública:

- (a) Ativo – compreende as disponibilidades, os direitos e os bens, tangíveis ou intangíveis adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelo setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerentes à prestação de serviços públicos;
- (b) Passivo compreende as obrigações assumidas pelas entidades do setor público para consecução dos serviços públicos ou mantidas na condição de fiel depositário, bem como as provisões;
- (c) Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos;
- (d) Contas de Compensação – compreende os atos que possam vir a afetar o patrimônio.

## Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

Ou seja, evidenciará o Ativo Financeiro, Ativo Permanente, Passivo Financeiro, Passivo Permanente, Patrimônio Líquido e Contas de Compensação.



## Balanço Patrimonial

Utilizando as classes 1, 2 e 8 do PCASP. As contas do ativo devem ser classificadas em ordem decrescente do grau de conversibilidade e as contas do passivo em ordem decrescente do grau de exigibilidade.

- **Financeiro: Independe de autorização**
- **Permanente: Depende de Autorização**



**Ativo Financeiro:** Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numéricos.

**Ativo Permanente:** Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

**Passivo Financeiro:** Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

**Passivo Permanente:** Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

**Contas de Compensação:** Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.



## Balanço Patrimonial

Por isso, as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP). A partir de então, no Balanço Patrimonial tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis.

Assim, o Balanço Patrimonial é composto por:

- a. Quadro Principal;
- b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c. Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- d. Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

O Balanço Patrimonial permite análises diversas acerca da situação patrimonial da entidade, como sua liquidez e seu endividamento, dentre outros.



## **Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)**

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. As variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

Para fins de apresentação na Demonstração das Variações Patrimoniais, as variações devem ser segregadas em quantitativas e qualitativas. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas. A elaboração da DVP tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas – VPD) e 4 (variações patrimoniais aumentativas – VPA).

## Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício. A DVP poderá ser elaborada de acordo com um desses dois modelos:

**a. Modelo Sintético:** este modelo facilita a visualização dos grandes grupos de variações patrimoniais que compõem o resultado patrimonial. Esse modelo especifica apenas os grupos (2º nível de detalhamento do PCASP), acompanhado de quadros anexos que detalham sua composição.

**b. Modelo Analítico:** este modelo detalha os subgrupos (3º nível de detalhamento do PCASP) das variações patrimoniais em um único quadro. Esse modelo auxilia o recebimento das contas anuais por meio do Siconfi para fins de consolidação.



## **Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)**

Este Demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade.

Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais. A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.



## Variações Patrimoniais Aumentativas

- **Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria:** Compreende toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- **Contribuições:** Compreende as contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de iluminação pública.
- **Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos:** Compreende as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.



- **Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras:** Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras. Compreende: descontos obtidos, juros auferidos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, entre outros.
- **Transferências e Delegações Recebidas:** Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.
- **Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos:** Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos ou com a desincorporação de passivos.
- **Outras Variações Patrimoniais Aumentativas:** Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos, etc.

## Variações Patrimoniais Diminutivas

- **Pessoal e Encargos:** Compreende a remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, saldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como as variações patrimoniais diminutivas com contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes às mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

## **Variações Patrimoniais Diminutivas**

- **Benefícios Previdenciários e Assistenciais:** Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Compreendem, também, as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.
- **Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo:** Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (Despesas de Pessoal e Encargos). Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

## **Variações Patrimoniais Diminutivas**

- **Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras:** Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.
- **Transferências e Delegações Concedidas:** Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios e transferências ao exterior.
- **Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos:** Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias ou com a incorporação de passivos.

- **Tributárias:** Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas aos impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais, contribuições econômicas e contribuições especiais.
- **Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados:** Compreende as variações patrimoniais diminutivas relativas aos custos das mercadorias vendidas, dos produtos vendidos e dos serviços prestados. O Custo dos produtos vendidos ou dos serviços prestados devem ser computados no exercício corresponde às respectivas receitas de vendas. A apuração do custo dos produtos vendidos está diretamente relacionada aos estoques, pois representa a baixa efetuadas nas contas dos estoques por vendas realizadas no período.
- **Outras Variações Patrimoniais Diminutivas:** Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores. Compreende: premiações, incentivos, equalizações de preços e taxas, participações e contribuições, resultado negativo com participações, dentre outros.

## Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos:

- (a) das operações;
- (b) dos investimentos; e
- (c) dos financiamentos.





## Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

O fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza.

Já o fluxo de caixa dos financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.



## Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Ou seja, a DFC identificará:

- a. as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- b. os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- c. o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.



## Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

A DFC aplicada ao setor público é elaborada pelo método direto e utiliza as contas da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e despesas, bem como funções e subfunções, assim como outros filtros e contas necessários para marcar a movimentação extraorçamentária que eventualmente transita pela conta Caixa e Equivalentes de Caixa. A DFC é composta por:

- a. Quadro Principal
- b. Quadro de Receitas Derivadas e Originárias
- c. Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas
- d. Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função
- e. Quadro de Juros e Encargos da Dívida



## **Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL)**

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução do patrimônio líquido da entidade. Dentre os itens demonstrados, podemos citar:

- a. os ajustes de exercícios anteriores;
- b. as transações de capital com os sócios, por exemplo: o aumento de capital, a aquisição ou venda de ações em tesouraria e os juros sobre capital próprio;
- c. o superávit ou déficit patrimonial;
- d. a destinação do resultado, por exemplo: transferências para reservas e a distribuição de dividendos;
- e. outras mutações do patrimônio líquido.

A DMPL complementa o Anexo de Metas Fiscais (AMF), integrante do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)<sup>17</sup>.





**A DMPL é obrigatória para as empresas estatais dependentes, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas, e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação.**



## Demonstração do Resultado Econômico

A Demonstração do Resultado Econômico evidencia o resultado econômico de ações do setor público. Deve ser elaborada considerando sua interligação com o sistema de custos e apresentar na forma dedutiva, pelo menos, a seguinte estrutura:

- (a) receita econômica dos serviços prestados e dos bens ou dos produtos fornecidos;
- (b) custos e despesas identificados com a execução da ação pública; e
- (c) resultado econômico apurado.



## Notas Explicativas

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários. Portanto, devem ser claras, sintéticas e objetivas.

As informações contidas nas notas explicativas devem ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

Incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.



## Notas Explicativas

As notas explicativas devem ser apresentadas de forma sistemática. Cada quadro ou item a que uma nota explicativa se aplique deverá ter referência cruzada com a respectiva nota explicativa.

A fim de facilitar a compreensão e a comparação das DCASP com as de outras entidades, sugere-se que as notas explicativas sejam apresentadas na seguinte ordem:





## Notas Explicativas

### a. Informações gerais:

- i. Natureza jurídica da entidade.
- ii. Domicílio da entidade.
- iii. Natureza das operações e principais atividades da entidade.
- iv. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis.

### b. Resumo das políticas contábeis significativas, por exemplo:

- i. Bases de mensuração utilizadas, por exemplo: custo histórico, valor realizável líquido, valor justo ou valor recuperável.
- ii. Novas normas e políticas contábeis alteradas.
- iii. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis.



## Notas Explicativas

c. Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis pela ordem em que cada demonstração e cada rubrica sejam apresentadas.

d. Outras informações relevantes, por exemplo:

- i. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos;
- ii. Divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade; pressupostos das estimativas;
- iii. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro;
- iv. Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro.





**1. Instituto AOCB – 2020)** Considere os seguintes fatos registrados pela contabilidade da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo (RS), encerrados no exercício de 2018.

Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	R\$ 43.089.845,00
Créditos Adicionais	R\$ 47.688.546,00
Ativo Financeiro	R\$ 537.152.116,88
Receita Prevista	R\$ 1.313.658.890,00
Despesa Fixada	R\$ 1.313.658.890,00
Despesa empenhada	R\$ 1.012.286.855,00
Receita Arrecadada	R\$ 963.217.738,00
Despesa Paga	R\$ 876.405.012,00
Despesa Liquidada	R\$ 954.254.873,00
Passivo Financeiro	R\$ 161.649.723,00
Ativo Permanente	R\$ 2.035.372.411,00
Passivo Permanente	R\$ 1.623.450.954,00

Com base nas informações apresentadas, nos termos da Lei nº 4.320/1964, o resultado da execução orçamentária, referente ao exercício financeiro de 2018, foi

- a) deficitário de R\$ 5.979.272,00.
- b) superavitário de R\$ 8.962.865,00.
- c) deficitário de R\$ 49.069.117,00.
- d) superavitário de R\$ 359.404.017,00.
- e) superavitário de R\$ R\$ 375.502.393,88.

**Gabarito: C**

2. VUNESP – 2020) Um município apresentou os dados seguintes, constantes do Balanço Orçamentário para o exercício corrente (em R\$):

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – MUNICÍPIO X							
RECEITA (em R\$)				DESPESA (em R\$)			
Títulos	Previsão	Execução	Diferença	Títulos	Fixação	Execução	Diferença
Receitas Correntes	450.000,00	480.000,00	30.000,00	Créditos Orçamen- tários	570.000,00	590.000,00	20.000,00
Receitas de Capital	220.000,00	240.000,00	20.000,00	Créditos Especiais	100.000,00	110.000,00	10.000,00
				Créditos Extraordi- nários	0,00	0,00	0,00
Soma	670.000,00	720.000,00	50.000,00	Soma	670.000,00	700.000,00	30.000,00
				Superávit	0,00	20.000,00	20.000,00
TOTAL	670.000,00	720.000,00	50.000,00	TOTAL	1.100.000,00	1.180.000,00	80.000,00

No total dos créditos orçamentários estão incluídos também os créditos suplementares. Analisando-se esse balanço, é correto afirmar que

- a) houve um excesso de despesas de R\$ 30.000,00.
- b) houve uma frustração de arrecadação de R\$ 20.000,00.
- c) ocorreu um excesso de arrecadação de R\$ 50.000,00.
- d) ocorreu um déficit orçamentário de R\$ 20.000,00.
- e) houve um excesso de despesas de R\$ 10.000,00.

**3. FCC – 2020)** Atenção: Para responder a questão a seguir, considere as informações, extraídas das demonstrações contábeis de uma determinada entidade pública, referentes ao exercício financeiro de 2018:

Receita Orçamentária Lançada	R\$ 98.000.000,00
Receita Orçamentária Arrecadada	R\$ 93.500.000,00
Dotação Atualizada	R\$ 100.000.000,00
Despesa Orçamentária Empenhada	R\$ 96.700.000,00
Despesa Orçamentária Liquidada	R\$ 94.900.000,00
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 1.300.000,00
Devolução de Depósito Caução	R\$ 800.000,00
Pagamento de Restos a Pagar	R\$ 8.500.000,00
Reconhecimento da Depreciação do Ativo Imobilizado	R\$ 6.700.000,00
Inscrição de Restos a Pagar em 31/12/2018	R\$ 12.400.000,00

Com base nessas informações, o resultado financeiro apurado por meio do Balanço Financeiro referente ao ano de 2018 foi

- a) negativo em R\$ 11.200.000,00.
- b) positivo em R\$ 2.000.000,00.
- c) negativo em R\$ 100.000,00.
- d) negativo em R\$ 5.500.000,00.
- e) positivo em R\$ 1.200.000,00.

**Gabarito: E**

**4. VUNESP – 2020)** As informações seguintes foram obtidas do Balanço Financeiro de um ente público, em R\$:

Saldo de disponibilidades do exercício corrente	150.000,00
Despesas orçamentárias	960.000,00
Receitas orçamentárias arrecadadas	1.030.000,00
Inscrição em Restos a Pagar no exercício corrente	90.000,00
Restos a Pagar pagos no exercício corrente	120.000,00

Supondo-se que a única informação não fornecida refere-se ao valor do saldo de disponibilidades do exercício anterior, este corresponde, em R\$, a:

- a) 200.000,00.
- b) 160.000,00.
- c) 140.000,00.
- d) 110.000,00.
- e) 100.000,00.

**5. Instituto AOCB – 2020)** Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), o quadro principal do Balanço Patrimonial no Município de Novo Hamburgo (RS) será elaborado utilizando-se

- a) as classes 1 (ativo) e 2 (passivo e patrimônio líquido) do PCASP. Sempre que possível, os ativos e passivos devem ser apresentados em níveis sintéticos (3º nível).
- b) as classes 1 (ativo) e 2 (passivo e patrimônio líquido) do PCASP. Sempre que possível, os ativos e passivos devem ser apresentados em níveis analíticos (5º nível).
- c) os grupos 1 (ativo) e 2 (passivo e patrimônio líquido) do PCASP. Sempre que possível, os ativos e passivos devem ser apresentados em níveis analíticos (3º nível).
- d) as classes 1 (ativo) e 2 (passivo) do PCASP. Sempre que possível, os ativos e passivos devem ser apresentados em níveis sintéticos (4º nível).
- e) as classes 1 (ativo) e 2 (passivo) do PCASP. Sempre que possível, os ativos e passivos devem ser apresentados em níveis sintéticos (5º nível).



**6. FUNDEP – 2020)** Os resultados gerais do exercício são demonstrados nos balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, e ainda, na demonstração das variações patrimoniais.

A esse respeito, numere a COLUNA II de acordo com a COLUNA I, relacionando as características de contas do balanço com o respectivo termo a que se refere, conforme descrito na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

COLUNA I	COLUNA II
1. Ativo financeiro	( ) Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.
2. Ativo permanente	( ) Compreende as dívidas fundadas e outras contas relativas a pagamentos que independam de autorização orçamentária.
3. Passivo financeiro	( ) Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
4. Passivo permanente	( ) Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Assinale a sequência correta.

- a) 1 3 4 2
- b) 1 3 2 4
- c) 3 1 4 2
- d) 3 1 2 4

**7. FUNDATEC – 2020)** Analise a tabela a seguir, onde constam saldos de contas patrimoniais descritas conforme as normas da nova contabilidade aplicada ao setor público.

<b>Contas</b>	<b>Saldos</b>
Intangível	500,00
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1.000,00
Créditos a Curto Prazo	1.500,00
Resultado Diferido	2.000,00
Realizável a Longo Prazo	2.500,00
Obrigações de Repartições a Outros Entes	3.000,00
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	3.500,00
Provisões a Longo Prazo	4.000,00

De acordo com os saldos constantes na tabela, obedecendo ao à estrutura legal do Balanço Patrimonial aplicável ao setor público, os saldos do Ativo Circulante, do Ativo Não Circulante, do Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante são, respectivamente, os seguintes:

- a) 1.500,00 – 4.500,00 – 1.000,00 – 4.000,00.
- b) 1.500,00 – 4.500,00 – 4.000,00 – 7.000,00.
- c) 2.000,00 – 6.000,00 – 6.000,00 – 7.000,00.
- d) 5.000,00 – 3.000,00 – 4.000,00 – 6.000,00.
- e) 5.000,00 – 3.500,00 – 6.000,00 – 6.000,00.

**Gabarito: D**

**8. COPESE UFPI – 2020)** Considere os saldos a seguir:

<b>Conta Contábil</b>	<b>Valor (em R\$)</b>
Receita prevista	410.000
Despesa fixada	390.000
Arrecadação de impostos	357.000
Despesas empenhadas e liquidadas	372.000
Despesas inscritas em restos a pagar	38.000
Recebimento de veículos em doação	24.000

Nos termos da Demonstração das Variações Patrimoniais, o resultado patrimonial foi, em reais:

- a) R\$ 9.000,00.
- b) R\$ 20.000,00.
- c) R\$ 29.000,00.
- d) R\$ 19.000,00.
- e) R\$ 30.000,00

**Gabarito: A**

**9. VUNESP – 2020)** Um município apresentou as seguintes informações:

Receita arrecadada: R\$ 500.000,00

Receita prevista: R\$ 550.000,00

Receita lançada: R\$ 500,000,00

Despesa fixada: R\$ 550.000,00

Despesa empenhada: R\$ 450.000,00

Despesa liquidada: R\$ R\$ 300.000,00

Despesa paga: R\$ 200.000,00

Conforme o regime de competência da contabilidade, o valor da despesa que comporá a Demonstração das Variações Patrimoniais é, em R\$:

- a) 0
- b) 200.000,00
- c) 300.000,00
- d) 450.000,00
- e) 550.000,00

**Gabarito: C**

**10. VUNESP – 2020)** No setor público, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimentos e financiamento.

Assinale a alternativa que contém exemplos de fluxos de caixa relacionados às atividades operacionais do setor público.

- a) Adiantamentos de empréstimos concedidos a terceiros.
- b) Amortização de empréstimos e financiamentos contraídos.
- c) Pagamentos por contratos futuros, a termo, de opção e swap.
- d) Recebimentos decorrentes da venda de instrumentos patrimoniais ou de dívidas de outras entidades.
- e) Recebimentos decorrentes de operações descontinuadas.

**11. NC-UFPR – 2019)** A Norma Brasileira de Contabilidade aplicada ao Setor Público NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – determina os aspectos a se observar na elaboração dessa demonstração por parte de entidades do setor público. Em linhas gerais, a norma determina que as entradas e saídas de caixa dos entes públicos devam ser segregadas em função de natureza operacional, de financiamento e de investimento dos fatos administrativos. Nesse sentido, considere as seguintes operações de um município, ocorridas durante o período T1:

- Receitas tributárias arrecadadas: ..... \$ 65.000.
- Despesas correntes empenhadas: ..... \$ 98.000.
- Restos a pagar não processados, relativos a despesas correntes: .....\$ 4.000.
- Restos a pagar processados, relativos a despesas correntes: .....\$ 4.000.
- Operações de crédito: ..... \$ 24.000.
- Alienação de bens móveis: .....\$ 6.000.
- Transferência de cota-parte do FPM: ..... \$ 85.000.
- Amortização da dívida: ..... \$ 40.000.
- Transferência do duodécimo para a Câmara de Vereadores: .....\$ 10.000.
- Despesas de capital empenhadas: ..... \$ 32.000.
- Restos a pagar relativos a despesas de capital não processados: ..... \$ 4.000.
- Restos a pagar relativos a despesas de capital processados: ..... \$ 3.000.

Com base nas informações acima, assinale a alternativa correta.

- a) O fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais foi \$ de 15.000, enquanto o consumo/geração de fluxo de caixa de investimento e financiamento foi zero.
- b) Os fluxos de caixa consumidos nas atividades de investimento e financiamento foram \$ 26.000 e \$ 16.000, respectivamente.
- c) O fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento foi de \$ 59.000, e o fluxo de caixa consumido nas atividades operacionais foi de \$ 25.000.
- d) A soma dos fluxos de caixa gerados/consumidos nas atividades operacionais, de investimento e de financiamento é zero.
- e) As atividades operacionais geraram \$ 50.000 do montante total de \$ 15.000 da variação de caixa e equivalentes de caixa do período.

**12. Instituto AOCB – 2020)** De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) de um determinado ente público será elaborada utilizando-se, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP),

- a) o grupo 1 (ativo) da classe 3 (patrimônio líquido).
- b) o grupo 3 (patrimônio líquido) da classe 2 (passivo).
- c) o subgrupo 3 (patrimônio líquido) da classe 2 (passivo).
- d) o grupo 2 (passivo) da classe 3 (patrimônio líquido).
- e) as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) e o grupo 3 (patrimônio líquido).

**13. COSEAC UFF – 2018)** A DMPL complementa o Anexo de Metas Fiscais (AMF), integrante do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Na DMPL os valores acrescidos ao patrimônio que NÃO transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas representam:

- a) Resultados Acumulados.
- b) Reservas de Lucros.
- c) Ajustes de Avaliação Patrimonial.
- d) Reservas de Capital.
- e) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital



**14. FCC – 2019)** As notas explicativas às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP)

- a) devem apresentar o resumo de políticas contábeis relevantes, incluindo as fraudes e irregularidades encontradas no ente público pelos órgãos de controle.
- b) devem conter, entre outras coisas, os pressupostos das estimativas dos riscos significativos que podem vir a causar ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos nos próximos doze meses.
- c) são consideradas partes adicionais às demonstrações contábeis e sua divulgação é discricionária.
- d) englobam informações exigidas pelas leis, súmulas do Supremo Tribunal Federal e normas contábeis aplicadas ao setor público.
- e) devem conter as bases de mensuração utilizadas para ativos e passivos somente no caso de alterações em seus saldos durante o exercício a que se referem.

**15. COPESE-UFT – 2018)** Leia o fragmento de texto a seguir e responda a questão.

As notas explicativas devem ser apresentadas de forma sistemática. Cada quadro, ou item a que uma nota explicativa se aplique, deverá ter referência cruzada com a respectiva nota explicativa. Assim, a fim de facilitar a compreensão e a comparação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP com as de outras entidades, sugere-se que as notas explicativas sejam apresentadas na seguinte ordem: (1) Informações gerais, (2) Resumo das políticas contábeis significativas, (3) Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis pela ordem em que cada demonstração e cada rubrica sejam apresentadas, e (4) Outras informações relevantes.

Assinale a alternativa CORRETA que representa um item das notas explicativas, como resumo das políticas contábeis significativas da entidade.

- a) Natureza das operações e principais atividades da entidade.
- b) Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos.
- c) Bases de mensuração utilizadas, por exemplo: custo histórico, valor realizável líquido, valor justo ou valor recuperável.
- d) Ajustes decorrentes de omissões e de erros de registro.